

GOVERNO

O plano eleitoral de privatizar a Petrobras

Plano busca um debate partidário sobre a estatal para se esquivar do desgaste provocado pela alta dos combustíveis

» VINÍCIUS DORIA

O clima no Palácio do Planalto, depois da troca de comando no Ministério de Minas e Energia, foi de comemoração, inclusive da ala política ligada ao Centro. O anúncio feito ontem pelo novo ministro, Afonso Sachsida, de que o governo vai iniciar os estudos para a privatização da Petrobras — a mais valiosa joia da coroa estatal — e da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), foi vista como uma jogada estratégica do presidente Jair Bolsonaro não só para demarcar uma linha divisória clara em relação ao seu principal oponente na corrida eleitoral, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A mudança também atendeu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, ferrenho defensor das privatizações e da redução da presença do Estado nas relações econômicas do país. E, como bônus, o governo espera conter o avanço do projeto que viabiliza a construção de uma bilionária rede de gasodutos — chamada pela oposição de “Centráoduto” — com recursos públicos advindos do pré-sal.

Na avaliação do entorno do presidente, a inclusão das duas estatais no Programa Nacional de Desestatização (PND) trará qualquer intenção mais imediata de transferir recursos do pré-sal para a construção dos gasodutos, que beneficiaria principalmente o empresário Carlos Suarez, controlador de quase todas as concessionárias de distribuição e transporte de gás natural no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

“Levar o debate para o campo ideológico foi uma carta bem jogada do baralho político”, comentou um interlocutor do Palácio ouvido pelo *Correio*. “E ainda matou o ‘Centráoduto’: o pré-sal não vai subsidiar nada disso”, complementou. A principal intenção do governo foi sair na frente no debate sobre a privatização da Petrobras, cuja alta crítica não só da oposição quanto de setores ligados ao bolsonarismo, como o dos caminhoneiros.

Guerra na Ucrânia

Um dos principais argumentos usados pela equipe econômica para convencer o presidente a iniciar formalmente o processo de privatização, com a inclusão das duas estatais no PND, está ligado às mudanças de curso da geopolítica decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia. A busca por novos fornecedores de óleo e gás abre, na visão da equipe econômica, uma janela de oportunidade que o país não pode perder.

A crise deflagrada pela guerra ainda contribui para acelerar a transição energética nos países mais desenvolvidos — dos combustíveis fósseis para fontes renováveis. Um processo considerado irreversível, que vai reduzir gradativamente o valor do petróleo.

Na seara política, a privatização abre uma nova frente de embaite com o PT. Bolsonaro “trouxe o futuro do país para o presente, enquanto Lula quer levar esse futuro para o passado”, resumiu o assessor. O Palácio acredita que



Guedes recebe de Sachsida o pedido de estudos para desestatização da Petrobras e da PPSA: tentativa de driblar alta dos combustíveis



Ministério Afonso Sachsida/CEB/DA/Press

Acho importante que tenhamos um estudo aprofundado sobre as possibilidades relativamente à Petrobras. Mas não considero que esteja no radar ou na mesa de discussão neste momento a privatização da empresa, porque o momento é muito ruim para isso.”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

o tema será um dos mais importantes para o próximo Congresso, a ser eleito em outubro. É a aposta de que esse novo Legislativo que vai emergir das urnas permanecerá com a maioria de centro-direita, ligada ao liberalismo econômico.

O maior problema para Bolsonaro e a equipe econômica de Paulo Guedes será vencer a desconfiança política e do mercado sobre a capacidade de entrega do governo. Nos últimos três anos, houve avanço em algumas concessões, como rodovias e aeroportos, mas, ao contrário das promessas de campanha, nenhuma grande gema da coroa estatal foi vendida. Ao contrário, a privatização dos Correios e da Eletrobras pouco evoluiu.

Há um contexto político, de sinalizar uma agenda para o segundo mandato, mas Bolsonaro não é mais um candidato novo, o eleitor vê que não houve avanço

nas privatizações. Foi um anúncio pouco crível”, disse ao *Correio* a economista e secretária de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Zeina Latif. Mas ela vê mérito na volta do debate sobre privatizações neste momento, apesar de defender prioridade para questões que já estão mais adiantadas na agenda política, como as reformas tributária e administrativa.

“Não é só jogar palavras ao vento, tem que qualificar o debate, que é importante e precisa madurecer. Eleição é para isso, também. Que estatais devemos vender? Mas essa não é a prioridade para o primeiro ano de governo. Prioridade deve ser a reforma tributária, a reforma administrativa, esse emaranhado de regras que atapalha o desenvolvimento. Elas estão muito mais maduras para que se tomem decisões”, avaliou Latif.

Para “libertar o povo brasileiro”

» DEBORAH HANA CARDOSO
» FERNANDA STRICKLAND

Apesar da iniciativa do governo Bolsonaro de colocar a privatização da Petrobras sob os holofotes, analistas consideram o gesto apenas uma sinalização para o mercado e para o eleitorado. Qualquer medida mais concreta nesse sentido ficaria apenas para o próximo ano.

O novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, em seu primeiro ato como titular da pasta, anunciou, ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, que enviaria ao presidente Jair Bolsonaro (PL) a solicitação formal para que se inicie os estudos que visam a desestatização da Petrobras e da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

“Espero que no período de tempo mais rápido possível, levaremos ao presidente da República, Jair Bolsonaro, assinar esse decreto e libertar o povo brasileiro”, declarou Sachsida após entregar o documento a Guedes.

O anúncio do governo pouco repercutiu entre os investidores. As ações ordinárias da Petrobras registraram uma ligeira alta de 0,38%, enquanto as preferenciais subiram 0,77%. O Ibovespa (índice de referência da bolsa de valores) marcou alta de 0,59%. Frederico Gomes, economista do Ibmec, afirmou que os investidores avaliam o anúncio com desconfiança. “Acho que é um artifício para desviar a atenção dos problemas do governo e que a probabilidade é baixa, mesmo que haja a reeleição do presidente”, comentou.

André César, cientista político e sócio da Hold Assessoria Legislativa, disse que o governo quer desviar as atenções. “Bolsonaro

sabe que não há ambiente político nem tempo hábil por causa das eleições. Este é um movimento político ao eleitorado e aos simpatizantes para dizer que o governo está fazendo algo para estancar a alta dos combustíveis”, acrescentou.

Já o economista Calebe Vieira acredita que os investidores olham qualquer sinalização para a privatização da Petrobras de forma positiva. “A Petrobras, se for privatizada, seu valor de mercado sobe muito, pois a empresa trabalhará para gerar bons dividendos aos acionistas”, explicou. Ele destacou que o tema, complexo, não será resolvido no ano eleitoral. Mas é uma sinalização aos investidores.

Segundo Nauê de Azevedo, cientista político e advogado, a Petrobras não é uma estatal simples de ser privatizada, não só pela sua complexidade operacional, mas pelo seu valor. “A empresa vale mais de R\$ 400 bilhões, já que há muito potencial arrecadatório e de impacto na vida dos cidadãos”, disse. A empresa já distribuiu mais de R\$ 440 bilhões em dividendos para o governo federal desde 2019.

A resistência à privatização ficou evidente na coletiva dos ministros, em meio ao anúncio do estudo, o ministro Paulo Guedes rebateu críticas de representantes do Sindisep-DE. Ao ouvir o anúncio, o grupo chamou a medida de “mais um golpe contra o Brasil”.

Paulo Guedes retrucou. “Eu não quero falar de quem roubou a Petrobras. Eu quero receber como um programa de governo que teve 60 milhões de votos um novo pedido do ministro de Minas e Energia e encaminhar o processo”, afirmou.

Pacheco diz que não é hora

» TAINÁ ANDRADE
» MICHELLE PORTELA

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se posicionou, ontem, sobre a privatização da Petrobras. Segundo ele, essa “não é uma medida rápida de ser tomada”, e, portanto, está “fora do radar” do Congresso.

“Acho importante que tenhamos um estudo aprofundado sobre as possibilidades relativamente à Petrobras. Mas não considero que esteja no radar ou na mesa de discussão neste momento a privatização da empresa, porque o momento é muito ruim para isso”, disse o presidente do Senado.

“Essa definitivamente não é uma solução de curto prazo. Estudos podem ser feitos. Mas entre o estudo e a realidade de concretização disso, há uma distância muito longa e da qual o Congresso Nacional não se apartará”, frisou Pacheco.

O senador comentou sobre a Petrobras após uma reunião com secretários estaduais da Fazenda. O encontro foi para discutir possibilidades e soluções sobre a alta dos combustíveis.

Pacheco sugeriu que a estatal precisa colaborar mais. “A Petrobras precisa contribuir para a solução do preço dos combustíveis, e isso se dá sentando à mesa, dialogando e, eventualmente, comandando dos esforços do Senado de poder criar essa conta de equalização com os dividendos da União em relação aos lucros da Petrobras”, comentou.

Privatizações

Apesar do discurso liberal em relação às estatais, o governo enfrenta dificuldades em suas intenções privatizantes. A desestatização da Eletrobras e dos Correios corre o risco de não ocorrer até o final do mandato do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O julgamento do modelo de “capitalização” da Eletrobras está previsto para ocorrer no dia 18, na próxima sessão do pleno do Tribunal de Contas da União (TCU). No entanto, o ministro revisor do processo, Vital de Rego, está pedindo explicações para verificar as provisões no balanço da Eletrobras, ou seja, qual o passivo financeiro com valor ou data incertos para serem pagos. O impasse dificulta os planos do governo de abrir o capital da estatal ainda em maio.

Sobre a privatização dos Correios, por meio de nota o Ministério das Comunicações (MCom) informou que os estudos técnicos “para embasar a discussão do projeto de concessão do Serviço Postal foram encaminhados”, e servem de apoio para análise na Comissão de Assuntos Econômicos no Senado, onde o Projeto de Lei nº 591, de 2021, está estacionado desde agosto de 2021.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia **Página:** 7